

**A REALIZAÇÃO DO CLÍTICO REFLEXIVO
NA FALA POPULAR DE DOIS MUNICÍPIOS
DO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA**

Jurgen Alves de Souza (UESB/UFBA)
professorjurgen@hotmail.com

RESUMO

Amparando-se nos fundamentos teórico-metodológicos da sociolinguística variacionista e no rigor estatístico do pacote de programas GOLDVARB X, este trabalho investigou a variação na realização do clítico dito reflexivo presente na fala popular de dois municípios baianos – Poções e Santo Antônio de Jesus –, partindo do pressuposto de que tal processo teria origem na transmissão linguística irregular de tipo leve ocorrida nos primeiros séculos de colonização, cujos efeitos estariam sendo mitigados ao longo do tempo em função do maior acesso das comunidades de fala aos padrões normativos da língua portuguesa, demonstrado pelo seguinte *continuum*: comunidades rurais afro-brasileiras > comunidades rurais não-marcadas etnicamente > pequenos centros urbanos > centros urbanos maiores. Os resultados mostraram, então, que a realização do clítico reflexivo ocorre com uma frequência de 37,8%, bem maior do que os 15% encontrados por Souza (2011) em comunidades rurais afro-brasileiras, reforçando as hipóteses norteadoras da pesquisa. No que tange ao condicionamento linguístico da variável em análise, pode-se afirmar que a realização do clítico dito reflexivo é favorecida pela ocorrência de clíticos reflexivos e recíprocos (por possuírem mais valor informacional), pela ocorrência de efeito de gatilho com estímulo positivo, pela presença de qualquer pessoa do discurso diferente de <P3> e <P6> (consideradas não-pessoas) e pela presença de sujeitos com papel temático de paciente. Já em relação ao condicionamento social da variável em análise, pode-se afirmar que a realização do clítico dito reflexivo é favorecida por falantes mais jovens (o que indica uma mudança em curso), oriundos da zona urbana de Santo Antônio de Jesus (por estarem mais próximos de um grande centro urbano) e que saíram da localidade por pelo menos 6 meses (em virtude da exposição a padrões linguísticos externos).

Palavras-chave: Sociolinguística variacionista. Clítico reflexivo. Português popular.

1. Introdução

Este trabalho – um recorte da pesquisa que tenho desenvolvido no doutorado em língua e cultura pela Universidade Federal da Bahia, sob a orientação do Prof. Dr. Dante Lucchesi – apresenta uma análise sociolinguística acerca da realização do clítico dito reflexivo na fala popular de dois municípios do interior do estado da Bahia: Poções e Santo Antônio de Jesus. Em um primeiro momento, rememorou-se o cenário sócio-histórico do Brasil nos primeiros séculos de colonização, desde o multilinguismo generalizado até o predomínio de uma língua portuguesa precari-

amente adquirida, fruto de um processo de transmissão linguística irregular de tipo leve que, por certo, influenciou no surgimento da variação na realização do clítico dito reflexivo, muito embora seus efeitos não tenham sido difundidos com a mesma intensidade para todas as variedades do português popular brasileiro. A fim de nortear a pesquisa, foi elaborada, a partir de uma reflexão sobre os aspectos teóricos que envolveriam uma taxionomia apropriada, uma proposta de classificação para os clíticos ditos reflexivos, a qual serviu de base para a análise aqui apresentada. Além disso, analisaram-se os resultados obtidos a partir das rodadas de dados efetuadas pelo pacote de programas GOLDBARB X, enfatizando as variáveis linguísticas e sociais selecionadas como estatisticamente relevantes para a análise da variável em questão, procurando verificar a comprovação ou não das hipóteses iniciais a respeito da realização dos clíticos ditos reflexivos. O trabalho se encerra, por fim, apresentando uma conclusão que contém a síntese dos resultados obtidos, procurando destacar os pontos considerados mais importantes para o condicionamento da realização do clítico dito reflexivo.

2. O contexto sócio-histórico dos primeiros séculos de colonização

Se atualmente a língua portuguesa é a língua materna de quase toda a população brasileira, nosso país experimentava, nos primeiros séculos de colonização, uma situação de “multilinguismo generalizado” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 14). Em algumas regiões, predominava a língua geral de base tupi; em outros lugares, predominavam as línguas francas africanas; e havia ainda locais mais isolados (nos arredores dos engenhos ou nos quilombos), em que se falavam variedades pidginizadas ou crioulistadas do português. Todavia, segundo Mattos e Silva (2004), abordar o contexto sócio-histórico brasileiro entre os séculos XVI e XIX exige, necessariamente, uma reflexão acerca da demografia histórica brasileira, da mobilidade populacional dos africanos e seus descendentes e do processo de escolarização formal no Brasil.

Embora os dados da demografia histórica sejam apenas aproximativos, uma análise coerente deles pode, certamente, fornecer as pistas necessárias para entendermos o percurso histórico da língua portuguesa no Brasil. Dentre os muitos estudos acerca da demografia histórica brasileira, Mussa (1991) – amparado no censo do Pe. Anchieta de 1583, nos censos de 1850 e de 1890, bem como nas análises de Hosenbalg (1979) e Carreira (1981) – demonstra que, desde o século XVI, o percentual de

não-europeus equivale à maioria da população brasileira, corroborando a tese de que a pluralidade cultural e linguística evidente nos tempos do Brasil Colônia gerou, como consequência mais direta, a alteração da língua trazida pelos portugueses, contando com a participação de indígenas e africanos na construção da modalidade da língua e da cultura representativas da então insipiente nação brasileira.

Não obstante, é possível também constatar que, a partir do século XVII, o percentual de africanos, negros brasileiros e mulatos equivale a mais da metade da população brasileira, fortalecendo a hipótese de que os africanos e seus descendentes teriam sido, por um lado, vítimas de uma violenta repressão cultural e linguística que não permitiu a conservação das muitas línguas africanas que chegaram aqui²⁸ e, por outro, os principais protagonistas no processo de difusão da língua portuguesa no Brasil, contribuindo para que o contato linguístico dos muitos falares africanos com a língua portuguesa trazida da Europa gerasse as características mais notáveis da fala popular brasileira (LUCCHESI, 2008). De acordo com Mussa (1991), a presença dos africanos e seus descendentes ganha impulso com o chamado “ciclo do ouro”, que teria atraído para o Brasil, na segunda metade do século XVIII, ao menos trezentos mil portugueses de todas as classes sociais em busca do enriquecimento fácil e mais de um milhão de escravos africanos para serem usados como mão-de-obra na mineração. Nesse período, as línguas gerais de base tupi foram relegadas aos grotões do país e as línguas francas africanas foram sendo paulatinamente extintas, permitindo um predomínio da língua portuguesa em nosso território. Há que se dizer, porém, que o português falado no Brasil não era o mesmo português d’além mar, mas um português profundamente alterado pela aquisição imperfeita por parte dos índios e, principalmente, dos escravos africanos, os quais influenciaram mais decisivamente no desenhar dos traços característicos de nossa língua e no processo de difusão de tais traços na sociedade brasileira, visto que se inseriram – muito mais que os indígenas – na nova estrutura social que começava a se formar no Brasil de então.

Defendendo a ideia de que esse português precariamente adquirido teria se generalizado em todo o território brasileiro através dos africanos e seus descendentes, Mattos e Silva (2004) procurou, com base em

²⁸ Atualmente são encontrados raros resquícios de línguas africanas no Brasil. Essas línguas subsistem apenas em algumas poucas comunidades rurais de afrodescendentes mais isoladas e servem como elemento de preservação da identidade cultural africana em território brasileiro.

dados de Conrad (1972) e Mattoso (1979), mapear o percurso geográfico desse grupo populacional entre os séculos XVI e XIX, constatando uma relação entre seu deslocamento e os ciclos econômicos que marcaram a História do Brasil. No 1º ciclo da cana-de-açúcar, entre os séculos XVI e XVII, os africanos e seus descendentes concentravam-se no litoral brasileiro, predominantemente nas capitânicas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, onde estavam localizados os mais importantes empreendimentos da cultura açucareira. No ciclo do ouro, entre os séculos XVII e XVIII, muitos deles migraram, porém, para o interior do país, especialmente para Goiás, Minas Gerais e interior de São Paulo, por conta da mineração de ouro e de diamantes, chegando também aos interiores nordestinos. Já no 2º ciclo da cana-de-açúcar, entre os séculos XVIII e XIX, boa parte dos africanos e seus descendentes retorna ao litoral do Rio de Janeiro e de São Paulo em razão do arrefecimento econômico da atividade mineradora e de um novo impulso açucareiro. Por fim, no ciclo do café, em meados do século XIX, eles se concentram novamente no interior de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e da região sul do país em virtude da forte atividade cafeeira, chegando também ao Maranhão, para a colheita do algodão e do fumo, e à Amazônia, para exploração de especiarias. A respeito dessa dinâmica geográfica da população afro-brasileira entre os séculos XVI e XIX, Mattos e Silva (2004, p. 130) conclui que, “sendo os africanos e afrodescendentes a maioria sempre nesse período, teria sido certamente esse segmento ‘sem voz’ da população brasileira o principal difusor do português geral brasileiro”.

Se a demografia histórica brasileira e a mobilidade social dos escravos no território brasileiro já nos dão uma boa amostra da situação sócio-histórica que envolve a formação do nosso português, o percurso da escolarização no Brasil põe por terra, definitivamente, a pretensa unidade do português brasileiro em virtude da aquisição de uma cultura escolar oposta à “língua adulterada dos negros e índios”, conforme defendia Silva Neto (1951). Do século XVI até meados do século XIII, o processo de escolarização era tão insipiente que, segundo afirma Houaiss (1985), atingia apenas 0,5% da população, sendo intensificado mais tarde com o estabelecimento da política linguístico-cultural imposta pelo Marquês de Pombal em 1757, com a chegada de milhares de portugueses acompanhando a Corte em 1808 e com a explícita intenção de universalizar o ensino no Brasil constante da nossa primeira Constituição em 1824. Contudo, a despeito de tudo isso, o acesso dos brasileiros à escolarização no final do século XIX ainda era ínfimo, como afirmou enfaticamente Houaiss (1985), usando dados do primeiro censo oficial do Brasil reali-

zado em 1872, pois os que frequentavam a escola primária equivaliam a 16,8% da população, os que frequentavam a escola secundária equivaliam a 0,26% da população e os que tinham educação superior equivaliam a 0,17% da população. Para Mattos e Silva (2004), esses dados demonstram claramente que o português brasileiro – constituído nos primeiros séculos de colonização, precariamente adquirido por índios nativos e negros escravos, e transmitido apenas por meio da oralidade generalizada – não sofreu interferência da normatização escolar no seu processo de formação, mesmo porque tal ideal normatizador não atingiu a população brasileira como um todo, ficando restrito apenas a uma pequena elite socioeconômica.

3. A influência da transmissão linguística irregular de tipo leve

Um cenário como esse aponta para a existência de uma espécie de “diglossia” que separa as variantes cultas, representativas dos raros falantes que têm escolarização plena, das variantes populares, representativas da grande massa não-escolarizada ou pouco escolarizada. De acordo com Lucchesi (2001), a reduzida elite colonial que procurava se manter fiel ao padrão linguístico lusitano concentrava-se nas cidades, pouco populosas e geralmente situadas no litoral, não influenciando as distantes povoações interioranas, por onde se espalhava a maior parte da população brasileira – formada principalmente por índios nativos e negros escravos –, a qual quase não tinha contato com a cultura europeia e, conseqüentemente, com a variedade padrão da língua portuguesa, restringindo-se à convivência com colonos portugueses pobres e pouco escolarizados, com os quais adquiriram precariamente o português como segunda língua. No final do século XIX, porém, já era possível sentir os reflexos linguísticos da vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, porque a chegada de milhares de homens e mulheres da Corte Portuguesa acabou por desencadear um intenso processo de urbanização que, mesmo não trazendo *a priori* mudanças socioeconômicas significativas, a não ser a substituição da atividade mineradora pela lavoura agroexportadora do café, fortaleceu a vida cidadina e permitiu uma maior valorização dos hábitos linguísticos lusitanos na sociedade colonial brasileira, contribuindo para um avanço significativo da língua portuguesa em território brasileiro, ainda que o português falado pela maior parte da população fosse bem distinto da variedade europeia.

Outro fator que deve ser levado em consideração para entender essa expansão da língua portuguesa no Brasil é a chegada da imprensa, que passará de proibida no início do século XIX à peça fundamental da sociedade brasileira no final do mesmo século, a ponto de contribuir decisivamente nas lutas pela independência, pela abolição da escravatura e pela proclamação da república, proliferando a cultura letrada através de livros e jornais. Lucchesi (2008), por sua vez, afirma que não se pode esquecer, também, que, após a independência política do Brasil em 1822 e a abolição da escravatura em 1888, muitos ex-escravos foram obrigados a migrar para as cidades, onde se aglomeraram nas periferias – nem monarquia nem república planejaram alguma forma de absorver o enorme contingente de negros libertos –, levando consigo uma variedade do português que estava restrita ao ambiente rural, o que certamente deu mais impulso à difusão desse português tipicamente brasileiro. Por fim, o avanço da língua portuguesa em território brasileiro contou com a contribuição do crescimento do acesso da população brasileira à escolarização formal a partir do final do século XIX, especialmente nas duas primeiras décadas do século XX, inclusive entre os africanos e seus descendentes, que puderam ingressar na escola depois da abolição da escravatura e ter contato, ainda que mínimo, com a norma-padrão do português.

Em virtude desses fatores mencionados, Mattos e Silva (2004) afirma que o multilinguismo generalizado vivido pelo Brasil de meados do século XVI a meados do século XIX teria se tornado em multilinguismo localizado a partir da segunda metade do século XIX, quando a língua portuguesa passa a ser hegemônica em território brasileiro, embora seja importante frisar que, conforme destaca Mattos e Silva (2004, p. 152), que o português difundido aqui não foi o trazido da Europa, mas aquele aprendido na oralidade do cotidiano, a partir de modelos precários e em situação social adversa, por índios nativos e, principalmente, negros escravos entre os séculos XVI e XIX. De acordo com Lucchesi (2003), esse processo em que os falantes das línguas do grupo dominado, em sua maioria adultos, são forçados a adquirir a língua do grupo dominante em condições bastante adversas de aprendizado, por conta da sujeição e da marginalização, sendo que o que se forma a partir desse tipo de contato linguístico serve como modelo para aquisição da língua materna das novas gerações de falantes, é definido como *transmissão linguística irregular*, podendo proporcionar, nas situações mais radicais de contato linguístico, o surgimento de um língua crioula ou, nas situações de contato linguístico mais leve – que seria o caso do Brasil –, o desenvolvimento de

uma nova variedade da língua alvo, marcada por um amplo quadro de variação no uso dos elementos gramaticais.

No que tange à reflexivização, é comum, em situações mais radicais de contato linguístico, como é o caso das línguas crioulas, que a partícula reflexivizadora se perca no momento inicial do contato e depois um item lexical da língua alvo, geralmente um substantivo que se refere ao “corpo” ou à “cabeça”, passe a desempenhar a função da partícula que se perdeu. Quando, porém, o processo de transmissão linguística irregular é de tipo leve, como o que ocorreu em território brasileiro, não há a gramaticalização de itens lexicais e sim uma profunda variação no uso da partícula reflexivizadora na nova variedade de língua que se formou, sendo muito frequente sua não realização nas situações em que tal partícula possua pouco valor informacional. Lucchesi (2003), contudo, afirma que os efeitos do processo de transmissão linguística irregular ocorrido no Brasil não atingem com a mesma intensidade todas as variedades populares da nossa língua, sugerindo o seguinte *continuum*: português rural afro-brasileiro > português popular rural > português popular dos pequenos centros urbanos > português popular dos centros urbanos maiores.

Assim, quando se trata da reflexivização no português popular brasileiro, seria possível aventar a hipótese de que a frequência da não-realização do clítico entre os falantes do português popular rural tenderia a ser, apesar de majoritária, um pouco menor do que no português rural afro-brasileiro, já que essas comunidades de fala não são tão isoladas quanto as remanescentes de antigos quilombos e têm um pouco mais de acesso – embora ainda pequeno – aos padrões gramaticais da língua portuguesa. Por sua vez, a frequência da não-realização do clítico entre os falantes do português popular dos pequenos centros urbanos tenderia a ser, apesar de ainda majoritária, menor do que no português popular rural, visto que nas zonas urbanas – mesmo nas pequenas – haveria mais acesso à escolarização formal e, por consequência, aos padrões gramaticais da língua portuguesa. Já entre os falantes do português popular dos centros urbanos maiores, a tendência seria de um equilíbrio maior entre a não-realização do clítico e sua efetiva realização.

4. Uma proposta de classificação para o clítico reflexivo

Não se pode fazer um estudo sério acerca dos clíticos ditos reflexivos sem levar em conta que há alguns entraves a respeito da compreensão do processo de reflexivização que precisam ser melhor estudados.

Diversas gramáticas normativas classificam indistintamente os clíticos utilizados nos exemplos em (1), (2) e (3), embora eles pareçam desempenhar funções distintas.

(1) *Maria se arrependeu.*

(2) *O rapaz se levantou.*

(3) *O marido de Laura se matou.*

Dessa forma, a classificação dada pela maioria das gramáticas tradicionais acerca do clítico *se* que figura nos exemplos acima parece um tanto confusa, fazendo-se necessário o estabelecimento de uma taxionomia que dê conta de apresentar os diversos matizes que a reflexividade tem assumido na língua portuguesa. Examinando alguns estudos realizados acerca do processo de reflexivização no português brasileiro, Souza (2011) apresentou a seguinte taxionomia que nos orientará na análise do fenômeno em questão:

- a) *Clítico reflexivo*: essa classificação chama de reflexivo o clítico que pode funcionar como argumento interno e, ao mesmo tempo, pode estabelecer com o argumento externo uma relação de correferência semântica, atribuindo a este agentividade e passividade concomitantemente, como se observa nos exemplos em (4), (5) e (6).

(4) *O culpado_i se_i matou*

(5) *Eu_i me_i torturei*

(6) *Sandra_i não se_i castigou pelo erro que [cometeu]*

- b) *Clítico recíproco*: essa classificação chama de recíproco o clítico que funciona como argumento interno e, ao mesmo tempo, estabelece com o argumento externo uma relação de correferência semântica, atribuindo a este agentividade e passividade concomitantemente, sendo que o argumento externo representa duas ou mais entidades que agem umas sobre as outras, como se pode observar nos exemplos em (7), (8) e (9).

(7) *Os meninos_i agrediram um ao outro_i*

(8) *Ana e Paulo_i encontraram uma com o outro_i*

(9) *Pedro e Carla_i amam um ao outro_i*

- c) *Clítico ergativo*: também adotada nos trabalhos de essa classificação²⁹ chama de ergativo o clítico que possa ser utilizado nas estruturas em que o argumento externo não esteja presente e o argumento interno seja alçado à posição de sujeito sintático no papel de paciente/experienciador, sem que haja um agente/fonte explícito, como se observa nos exemplos em (10) e (11).

(10) *A portai sei abriu*

(11) *O meninoi sei assustou*

- d) *Clítico passivo*: essa classificação chama de passivo o clítico que possa ser utilizado nas estruturas em que o argumento externo não esteja presente e o argumento interno seja alçado à posição de sujeito sintático no papel de paciente/experienciador, desde que haja um agente/fonte explícito³⁰, como se observa nos exemplos em (12) e (13). Cabe ressaltar, no entanto, que não se trata, nesse caso, da voz passiva em si, mas de uma estrutura dita reflexiva que parece utilizar o clítico para atribuir à frase um sentido passivo.

(12) *O vidroi sei despedaçou com a chuva de granizo*

(13) *A professorai sei indignou com o protesto dos alunos*

- e) *Clítico médio*: essa classificação chama de médio o clítico que possa ser utilizado possa ser utilizado nas estruturas em que o argumento externo não esteja presente e o argumento interno seja alçado à posição de sujeito sintático no papel de paciente/experienciador, transmitindo uma ideia mais associada à descrição de estados (ainda que não haja nenhum verbo estativo) do que a uma ação verbal, como se pode observar nos paradigmas em (63) e (64). Nesse tipo de estrutura, é obrigatória a presença de advérbios ou expressões de valor adverbial para que a sentença seja compreendida mais claramente.

²⁹ Cabe ressaltar que tais trabalhos não levam em consideração o fato de haver ou não um agente/fonte explícito.

³⁰ O clítico passivo se diferencia do ergativo, mencionado anteriormente, pelo fato de apresentar necessariamente o elemento desencadeador da ação. O objetivo dessa dissociação é investigar as possíveis diferenças no comportamento do falante com relação ao clítico quando há ou não um agente/fonte explícito na frase.

(14) a. *Esse tipo de tecido; se; lava facilmente*

b. *Esse tipo de tecido é lavável*

(15) a. *Uma letra como essa; se; lê com muita dificuldade*

b. *Uma letra como essa é quase ilegível*

- f) *Clítico inacusativo*: essa classificação chama de inacusativo o clítico que possa ser utilizado em estruturas originalmente acusativas que utilizam verbos de movimento indicando mudança de posição, impossibilitando, assim, a seleção de um argumento interno pela grade temática do verbo, como se pode observar nos paradigmas em (16) e (17). Esse tipo de clítico só ocorre em frases cujo sujeito sintático seja [+ animado].

(16) a. *Minha mãe levantou a cadeira*

b. *Minha mãe; se; levantou cedo*

(17) a. *Alan sentou o filho no sofá*

b. *Alan; se; sentou no sofá*

- g) *Clítico oblíquo*: essa classificação chama de oblíquo o clítico que possa alterar a regência de um verbo de transitivo direto para transitivo oblíquo, ainda que cause modificações semânticas na compreensão da sentença, como se observa nos paradigmas em (18) e (19).

(18) a. *Ana lembrava **tudo***

b. *Ana; se; lembrava **de tudo***

(19) a. *Luísa apoiou **o candidato da oposição***

b. *Luísa; se; apoiou **no candidato da oposição***

- h) *Clítico inerente*: essa classificação chama de inerente o clítico que não exerce função sintática alguma, não altera a estrutura argumental do verbo e não tem valor referencial algum, sendo exigido, de acordo com a norma padrão, apenas pelos chamados verbos essencialmente pronominais, como se observa em (20) e (21).

(20) *Pedro **se** queixou da falta de sono*

(21) *As filhas do vizinho se arrependeram amargamente da bagunça que fizeram*

- i) *Clítico expletivo*: essa classificação chama de expletivo o clítico que não exerce função sintática alguma, não altera a estrutura argumental do verbo, não tem valor referencial algum e não é exigido, segundo a norma padrão, por nenhum verbo, podendo ser utilizado por uma questão meramente estilística associado a verbos intransitivos, não ocasionando, portanto, alteração semântico-sintática ao ser retirado, conforme se observa nos paradigmas em (22) e (23).

(22) a. *Minha filha foi-se embora para sempre*

b. *Minha filha foi \emptyset embora para sempre*

(23) a. *Vão-se os anéis, ficam os dedos*

b. *Vão \emptyset os anéis, ficam os dedos*

5. *Realização do clítico reflexivo em Poções e Santo Antônio de Jesus*

Esta variável dependente levou em conta a possível ocorrência de três variantes: *realização*; *não realização*; e *dupla realização*. Caber ressaltar, porém, que os dados revelaram, como se pode observar na tabela a seguir, a ausência da dupla realização do clítico e um já esperado predomínio da não-realização do clítico nas estruturas ditas reflexivas presentes no *corpus* analisado, visto que, conforme já mencionado neste trabalho, esse fenômeno linguístico tem sido apontado por inúmeros pesquisadores como um traço típico do português popular brasileiro.

Quadro Geral – Realização do Clítico		
REALIZAÇÃO DO CLÍTICO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.
Não-realização	675/1085	62,2%
Realização	410/1085	37,8%
Dupla realização	0/1085	0%
TOTAL	1085/1085	100%

Por conta desse panorama que os números iniciais oferecem, a análise que aqui se apresenta a respeito desta variável dependente deteve-se apenas na busca por fatores linguísticos e sociais que pudessem favorecer (ou desfavorecer) a regra de aplicação do clítico nas estruturas ditas reflexivas, os quais foram selecionados pelo pacote de programas GOL-

DVARB X como estatisticamente mais relevantes para o condicionamento da variável em questão.

Condicionamento linguístico

Dentre os fatores linguísticos elencados como possíveis condicionadores da realização do clítico dito reflexivo, o pacote de programas GOLDVARB X selecionou as seguintes variáveis com valor estatístico: *tipologia do clítico*, *efeito de gatilho*, *pessoa do discurso* e *papel temático do sujeito*. As seções a seguir apresentam a análise dos resultados quantitativos de cada uma dessas variáveis linguísticas explanatórias.

5.1.1. Tipologia do clítico

No que tange à tipologia do clítico dito reflexivo, adotou-se neste trabalho uma detalhada taxionomia (cf. seção 3), a fim de que fosse possível uma melhor compreensão acerca das estratégias de reflexivização utilizadas pelo falante, procurando definir, de maneira mais precisa, quais os tipos de clíticos que favorecem a realização e quais os que a desfavorecem. A hipótese, então, era a de que os clíticos ditos reflexivos que possuíssem mais valor informacional favoreceriam a realização, enquanto os que possuíssem menos valor informacional a desfavoreceriam. Partindo desse pressuposto, os clíticos utilizados nas estruturas consideradas reflexivas foram agrupados pelo seu valor informacional, conforme demonstra o *continuum* a seguir.

Reflexivo	Recíproco	Passivo	Ergativo	Médio	Inacusativo	Oblíquo	Inerente	Expletivo
+ INFOMACIONAL		± INFOMACIONAL				– INFOMACIONAL		

A tabela a seguir apresenta os dados referentes à realização do clítico nas estruturas ditas reflexivas, levando em conta a tipologia do clítico. Antes, porém, de realizar qualquer análise a respeito da variável em questão, cabe ressaltar os que os clíticos expletivos, mencionados no *continuum* acima, foram descartados ainda durante o levantamento dos dados por configurarem um contexto de realização categórica.

Realização do clítico segundo a tipologia do clítico			
TIPO DE CLÍTICO	Nº DE OC./TOTAL	FREQ.	P.R.
Reflexivo	23/24	95,8%	0.978
Recíproco	21/37	56,8%	0.783
Inerente	46/98	46,9%	0.651
Oblíquo	59/140	42,1%	0.583
Ergativo	58/105	55,2%	0.536
Inacusativo	203/681	29,8%	0.047
TOTAL	410/1085	37,8%	
Input 0.336	Nível de Significância 0.033		

Com base nesses dados, confirmou-se a hipótese de que os clíticos reflexivos e recíprocos, por possuírem mais valor informacional, são mais propensos à realização, como se pode observar nos exemplos em (24) e (25).

- (24) a. *A gente num pode 'clamá, num pode se mal dizê* (POR09)
b. *A gente se arrumava domingo e tal* (POS04)
c. [...] *muitos já chegô se matá assim* (SAR03)
d. *Mas eu acho que eu vô me vê lá também!* (SAS06)
- (25) a. [...] *todo mundo se une mais é na época de São João* (POR02)
b. [...] *a gente se gosta até hoje* (POS01)
c. [...] *a gente se afastô* (SAR08)
d. [...] *elas se desligaro* (SAS06)

Chama a atenção, porém, o fato de os clíticos inerentes, embora figurando entre os que possuem menos valor informacional, aparecerem entre os mais propensos à realização, como se pode observar nos exemplos em (26).

- (26) a. *Eu me arrependi da hora que eu vendi...* (POR01)b.
b. [...] *jele se interessô por ela* (POS09)
c. *Agora, eu aqui vivo me apegano com Jesus Cristo* (SAR08)
d. [...] *eu num me conformava também com a doença* (SAS08)

Esse comportamento estranho a um contexto gramatical que tente à não-realização dos clíticos com menos valor informacional remete-nos à concepção gerativista (FALTZ, 1985; BURZIO, 1986) de que tais clíticos seriam indissociáveis do verbo, representando, assim, uma única entrada lexical, o que permitiria ao falante compreender a expressão <VERBO + CLÍTICO> como uma só palavra. Dessa forma, os clíticos inerentes não devem ser vistos como o resultado de uma regra gramatical de inserção de uma partícula reflexiva, mas como uma característica inerente ao léxico.

5.1.2. Efeito de gatilho

Com a variável tipo de frase é, pretende-se analisar o efeito de gatilho na realização ou na não-realização do clítico em estruturas ditas reflexivas. A primeira hipótese é que, utilizando-se de uma resposta com estímulo positivo, o informante tenderá à realização do clítico dito reflexivo quando o documentador tiver usado, na pergunta, o mesmo verbo com o clítico. Do mesmo modo, a segunda hipótese é que, utilizando-se de uma resposta com estímulo negativo, o informante tenderá à não-realização do clítico dito reflexivo quando o documentador tiver usado, na pergunta, o mesmo verbo sem o clítico. Vejamos, então, o que mostram os dados:

Realização do clítico segundo o efeito de gatilho			
EFEITO DE GATILHO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Resposta com estímulo positivo	12/21	57,1%	0.727
Resposta sem estímulo	395/1022	38,6%	0.517
Resposta com estímulo negativo	3/42	7,1%	0.107
TOTAL	410/1085	37,8%	
Input 0.336	Nível de Significância 0.033		

Os resultados apresentados na tabela acima confirmaram a hipótese de que, com um estímulo obtido na pergunta feita pelo documentador, há uma tendência maior à realização do clítico dito reflexivo, como demonstram os exemplos em (27).

(27) a. DOC: *Aí cada um se vira com sua vida como pode?*

INF: *Cada um se vira com sua vida como pode...*
(POR02)

b. DOC: *Não se acomoda.*

INF: *Não me acomodo de manêra nenhuma.* (SAS04)

Também foi confirmada a hipótese de que, sem um estímulo obtido na pergunta feita pelo documentador, há uma tendência maior à não realização do clítico dito reflexivo, como demonstram os exemplos em (28).

(28) a. DOC: *A senhora Ø casô em Poçoões?*

INF: *Casei Ø em Poçoões, foi...* (POR07)

b. DOC: *Não Ø acostuma não, né?*

INF: *Não Ø acostumo nada!* (SAR09)

5.1.3. Pessoa do discurso

No que se refere à variável pessoa do discurso, a hipótese era que a presença de qualquer pessoa do discurso diferente de <P3> e <P6>, consideradas não-pessoas (BENVENISTE, 1982), favoreceria a realização do clítico dito reflexivo. Antes de analisar os dados, vale ressaltar que a pessoa do discurso <P5> foi retirada da análise, por apresentar apenas uma única ocorrência.

Realização do clítico segundo a pessoa do discurso			
PESSOA DO DISCURSO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
<P4>	11/30	36,7%	0.666
<P2>	12/36	33,3%	0.590
<P1>	180/390	46,2%	0.583
<P3>	178/539	33,0%	0.443
<P6>	28/89	31,5%	0.388
TOTAL	409/1084	37,7%	
Input 0.336	Nível de Significância 0.033		

Os resultados apresentados na tabela acima confirmaram a hipótese de que a presença de <P1>, <P2> e <P4>, conforme se observa, respectivamente, nos exemplos em (29) e (30), favorece a realização do clítico dito reflexivo.

(29) a. *Me lembro de uma vez que tava lá em casa* (POR01)

b. *Nasci e me criei aqui* (SAS06)

(30) a. *Nós se ajuntô mesmo* (POS01)

b. *Vamo se organizá* (SAR05)

Confirmou-se também a hipótese de que a presença de <P3> e <P6>, conforme se observa, respectivamente, nos exemplos em (31) e (32), favorece a não realização do clítico dito reflexivo.

(31) a. *E ele Ø casô logo* (POS11)

b. *A gente Ø reuniu e discutiu* (SAR05)

(32) a. [...] *ôtos já Ø casaro* (POR02)

b. [...] *juns Ø afasto, ôtros morreu* (SAS09)

5.1.4. *Papel temático do sujeito*

No tocante à variável papel temático do sujeito, a hipótese era que a presença de um sujeito com papel temático de paciente favoreceria a realização do clítico dito reflexivo, uma vez que, nesse caso, a ausência do clítico poderia gerar o entendimento de que o sujeito fosse o agente da ação verbal e não o paciente (Pedro se feriu na briga / Pedro feriu [alguém] na briga). Depois de feita essa necessária observação, analisemos, então, os dados que constam da tabela a seguir.

Realização do clítico segundo o papel temático do sujeito			
PAPEL TEMÁTICO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Paciente	88/168	54,4%	0.659
Experienciador	139/370	37,6%	0.473
Agente	183/547	33,5%	0.468
TOTAL	410/1085	37,8%	
Input 0.336	Nível de Significância 0.033		

Os resultados confirmaram a hipótese de que a presença de sujeitos com papel temático de paciente – como se observa nos exemplos em (33) – favorece a realização do clítico dito reflexivo.

(33) a. [...] *Je me registrei* (POR08)

b. [...] *Je me batizando, tudo bem* (POS04)

c. [...] *Je se ordenô no dia quinze* (SAR12)

d. [...] *Je me opereí em setenta e seis...* (SAS07)

5.2. Condicionamento social

Dentre os fatores sociais elencados como possíveis condicionadores da realização do clítico dito reflexivo, o pacote de programas GOL-DVARB X selecionou como relevantes estatisticamente apenas três: *localidade de origem do informante, estada fora da comunidade e faixa etária do informante.*

5.2.1. Localidade de origem do informante

No que diz respeito a essa variável, a primeira hipótese era que os falantes de localidades mais próximas dos grandes centros urbanos seriam mais propensos à realização do clítico dito reflexivo do que os de localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos. A segunda hipótese, por sua vez, era que, dentro de uma mesma comunidade, os falantes da sede do município seriam mais propensos à realização do clítico reflexivo do que os da zona rural. A partir dessas observações, analisemos, então, os dados que constam da tabela abaixo.

Realização do clítico segundo a localidade de origem do informante			
COMUNIDADE	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Santo A. de Jesus (sede do município)	166/284	58,5%	0.733
Santo A. de Jesus (zona rural)	118/218	54,1%	0.720
Poções (sede do município)	84/307	27,4%	0.352
Poções (zona rural)	42/276	15,2%	0.249
TOTAL	401/1085	37,8%	
Input 0.336	Nível de Significância 0.033		

Os resultados apresentados confirmaram a hipótese de que os falantes de Santo Antônio de Jesus, devido à sua proximidade com Salvador (um grande centro urbano), tendem mais à realização do clítico dito reflexivo do que os falantes de Poções. Também foi confirmada a hipótese de que, tanto em Santo Antônio de Jesus quanto em Poções, os falantes da sede do município tendem mais à realização do clítico dito reflexivo do que os falantes da zona rural.

5.2.2. Estada fora da localidade

Em busca de oportunidade de trabalho, alguns indivíduos das localidades que compõem o *corpus* aqui analisado costumam passar períodos consideráveis na sede do município (caso sejam da zona rural), em cidades maiores da região ou até mesmo em grandes centros urbanos. Por

conta disso, a análise dessa variável dividiu os informantes entre os que não saíram da localidade e os que se ausentaram dela por mais de seis meses. A hipótese era que os informantes que estiveram fora da localidade por mais de seis meses, em virtude do contato com outros padrões linguísticos, tenderiam mais à realização do clítico dito reflexivo. De posse dessas informações, analisemos, então, os dados que constam da tabela abaixo.

Realização do clítico segundo a estada fora da localidade			
ESTADA FORA	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Saiu por mais de 6 meses	248/539	46,0%	0.589
Não se ausentou da localidade	162/546	29,7%	0.412
TOTAL	410/1085	37,8%	
Input 0.336		Nível de Significância 0.033	

Os resultados confirmaram a hipótese de que os informantes que saíram da localidade por mais de 6 meses tendem à realização do clítico dito reflexivo, uma vez que essa estada fora permitiu maior acesso aos padrões linguísticos e culturais externos, influenciando no uso de estruturas linguísticas oriundas dos centros urbanos. Por outro lado, os informantes que não se ausentaram da localidade tendem à não-realização do clítico dito reflexivo, já que essa permanência na localidade de origem permite a preservação dos usos linguísticos mais característicos de sua gramática.

5.2.3. Faixa etária do informante

De acordo com Labov (2008), os resultados fornecidos por essa variável são fundamentais nos estudos que adotam a análise em *tempo aparente*, possibilitando a observação dos possíveis processos de mudança em curso. A hipótese, neste trabalho, era que os informantes mais jovens tenderiam mais à realização do clítico dito reflexivo, à medida que os informantes mais velhos seriam mais resistentes a ela. Analisemos, então, os dados que constam da tabela abaixo.

Realização do clítico segundo a faixa etária do informante			
FAIXA ETÁRIA	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Faixa I (25 a 35 anos)	108/245	44,1%	0.574
Faixa II (45 a 55 anos)	157/399	39,3%	0.510
Faixa III (acima de 65 anos)	145/441	32,9%	0.450
TOTAL	410/1085	37,8%	
Input 0.336		Nível de Significância 0.033	

Os resultados confirmaram a hipótese de que os falantes mais jovens tendem à realização do clítico dito reflexivo, enquanto os falantes mais velhos tendem à não-realização do clítico dito reflexivo, indicando, assim, um processo de mudança em curso, uma vez que a tendência ao uso da variante inovadora aumenta à medida que a faixa etária do informante diminui.

6. Conclusão

Com base na análise aqui presente, foi possível constatar que a dupla realização do clítico não faz parte da gramática das comunidades de fala estudadas, uma vez que não houve nenhuma ocorrência dessa variante. Constatou-se, também, um percentual de 37,8% de realização do clítico, apontando, assim, um predomínio (62,2% das ocorrências) da não-realização do clítico nas estruturas ditas reflexivas presentes no português popular do interior do Estado da Bahia, o que constitui uma evidência empírica em favor da hipótese de mitigação dos efeitos da transmissão linguística irregular de tipo leve que teria originado esse processo de variação, uma vez que, de acordo com Souza (2011), a não-realização do clítico dito reflexivo no português rural afro-brasileiro teria alcançado o percentual de 85%.

Dentre os fatores linguísticos selecionados como relevantes estatisticamente pelo pacote de programas GOLDVARB X, destaca-se a variável *tipologia do clítico*, confirmando a hipótese inicial de que os clíticos que possuem mais valor informacional favorecem a realização (com pesos relativos de 0.978 para os reflexivos e 0.783 para os recíprocos), enquanto os que possuem menos valor informacional a desfavorecem (com peso relativo de 0.047 para os inacusativos). Todavia, na contramão desse princípio, os clíticos inerentes, que figuram entre os que possuem menos valor informacional, apresentaram tendência à realização (com peso relativo de 0.651), comportamento que pode ser explicado pelo fato de a expressão VERBO + CLÍTICO representar uma única entrada lexical, sendo o clítico, nesse caso, uma característica inerente ao léxico e não uma partícula reflexiva inserida por regra gramatical. Já a análise da variável *efeito de gatilho* confirmou a hipótese de que frases elaboradas a partir de um estímulo positivo obtido na pergunta feita pelo documentador tenderiam à realização do clítico dito reflexivo (com peso relativo de 0.727), ao passo que frases elaboradas com estímulo negativo tenderiam à não-realização do clítico dito reflexivo (com peso relativo de 0.107). A

análise da variável *pessoa do discurso*, por sua vez, confirmou a hipótese de que a presença de <P4>, <P2> e <P1> (com pesos relativos de, respectivamente, 0.666, 0.590 e 0.583) favorece a realização do clítico, ao passo que a presença de <P3> e <P6>, consideradas não-pessoas, favorece a não-realização do clítico dito reflexivo (com pesos relativos de, respectivamente, 0.443 e 0.388). Além disso, a análise da variável *papel temático do sujeito* confirmou a hipótese de que a presença de sujeitos com papel temático de paciente favorece a realização do clítico dito reflexivo (com peso relativo de 0.659), ao passo que a presença de sujeitos com papel temático de agente favorece a não-realização do clítico dito reflexivo (com peso relativo de 0.468).

A respeito do condicionamento social da variação na realização do clítico dito reflexivo, os resultados obtidos apontam para a existência de um processo de mudança em curso em direção à forma padrão, liderado por falantes mais jovens, que moram na sede do município mais próximo de um grande centro urbano e que se ausentaram da localidade por pelo menos seis meses. Nessa perspectiva, a análise da variável *faixa etária* confirma a hipótese da mudança em favor da implementação do clítico dito reflexivo nas comunidades de fala analisadas, com os falantes mais jovens exibindo níveis mais elevados de realização dessa partícula gramatical (com peso relativo de 0.574) que os falantes mais velhos (com peso relativo de 0.450). Já análise da variável *localidade* confirmou a hipótese de que os falantes da sede do município de Santo Antônio de Jesus – mais próximos de um grande centro urbano – tendem à realização do clítico dito reflexivo (com peso relativo de 0.733), ao passo que os falantes da zona rural do município de Poções – mais distantes de um grande centro urbano – tendem à não-realização do clítico dito reflexivo (com peso relativo de 0.249), demonstrando que, de fato, os efeitos da transmissão linguística irregular de tipo leve que originou esse processo de variação estariam sendo mitigados à medida que a comunidade de fala esteja localizada geograficamente mais próxima de algum centro urbano e seus falantes tenham mais acesso aos padrões gramaticais da língua portuguesa por meio da escolarização formal. Por fim, a análise da variável *estada fora da localidade*, confirmou a hipótese de que os falantes que saíram da localidade por pelo menos 6 meses, por conta da exposição a padrões linguísticos externos, tendem à realização do clítico dito reflexivo (com peso relativo de 0.589), ao passo que os falantes que não se ausentaram da localidade costumam preservar os usos linguísticos mais característicos da gramática daquela comunidade fala e tendem à não-realização do clítico (com peso relativo de 0.412), apontando, assim, para

uma mudança que vem de fora para dentro das comunidades de fala analisadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 19, p. 65-84, set. 1997.

BURZIO, L. *Italian Syntax*. Dordrecht, Holland: D. Reidel Publishing Company, 1986.

CALMON, Pedro. *História social do Brasil: espírito da sociedade colonial*. v. 1. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1937.

CASTRO, Yeda Pessoa de. A matriz africana no português do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Orgs.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 81-116.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

COSERIU, Eugenio. Sistema, norma e fala. In: _____. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1979, p. 13-85.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FALTZ, Leonard M. *Reflexivization: a study in Universal Syntax*. New York: Garland, 1985.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1985.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LEITE, Yonne; FRANCHETTO, Bruna. 500 anos de línguas indígenas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Orgs.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*.

Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 15-61.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. *DELTA*, São Paulo, vol. 17, p. 97-130, 2001.

_____. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 63-92.

_____. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003, p. 272-284.

_____. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, Belo Horizonte, vol. 5, p. 83-112, 2006.

_____. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. (Orgs.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 151-180.

_____. Conclusão. In: ____; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009, p. 513-545.

_____; BAXTER, Alan. Processos de criouliização na história sociolinguística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Orgs.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 163-218.

_____; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009, p. 101-124.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MUSSA, Alberto. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. 1991. Dissertação (de Mestrado). – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PETTER, Margarida. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Orgs.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 117-142.

RODRIGUES, Aryon. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Orgs.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 143-161.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. *Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows*. Toronto: Department of Linguistics University of Toronto, 2005.

SOUZA, Jurgen Alves de. *As estruturas reflexivas no português afro-brasileiro*. 2011. Dissertação (de Mestrado). – Universidade Federal da Bahia, Salvador.